

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.	
C	D. 06.1.08/1999	
C	stolutino	
Rubrica		

47



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 11065.001079/96-46

Acórdão : 201-72.212

Sessão : 10 de novembro de 1998

Recurso : 101.868

Recorrente : ROSAUTO S/A VEÍCULOS

Recorrida : DRJ em Porto Alegre – RS

PIS - EXIGÊNCIA FUNDADA NAS LEIS COMPLEMENTARES nºs 07/70 E 17/73

- A Resolução do Senado Federal nº 49, de 09/10/95, suspendeu a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, em função de inconstitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 148.754-2/RJ, afastando-os definitivamente do ordenamento jurídico pátrio. Cancela-se a exigência da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS calculada com supedâneo naqueles diplomas legais. A retirada de tais diplomas legais do mundo jurídico produziu efeitos *ex tunc* e funcionou como se nunca houvessem existido, retomando-se, assim, a aplicabilidade da sistemática anterior, isto é, passam a ser aplicadas as determinações da Lei Complementar nº 07/70 com as modificações deliberadas pela Lei Complementar nº 17/73. **MULTA DE OFÍCIO** - Reduz-se a penalidade aplicada ao percentual determinado no art. 44, I, da Lei nº 9.430/96, conforme o mandamento do art. 106, II, do Código Tributário Nacional. **Recurso a que se dá provimento parcial.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por: ROSAUTO S/A VEÍCULOS.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para reduzir a multa de ofício para 75%.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1998

Luiza Helena Galante de Moraes
Presidenta

Ana Neyla Olímpio Holanda
Relatora

Participaram, ainda do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Rogério Gustavo Dreyer, Valdemar Ludvig, Serafim Fernandes Corrêa, Geber Moreira e Sérgio Gomes Velloso.

LDSS/CF



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

48

Processo : 11065.001079/96-46

Acórdão : 201-72.212

Recurso : 101.868

Recorrente : ROSAUTO S/A VEÍCULOS

RELATÓRIO

ROSAUTO S/A VEÍCULOS, pessoa jurídica nos autos qualificada, contra quem foi Lavrado Auto de Infração (fls. 01/09), em 25/06/96, pela falta de recolhimento da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, referente aos fatos geradores de maio e setembro de 1995, e janeiro de 1996, onde é exigido o crédito tributário de R\$ 14.552,30, tendo como enquadramento legal os seguintes dispositivos:

- 1) artigo 3º, b, da Lei Complementar nº 07/70, c/c o artigo 1º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 17/73;
- 2) Título 5, capítulo 1, seção 1, alínea b, itens I e II, do Regulamento do PIS/PASEP, aprovado pela Portaria MF nº 142/82;
- 3) Resolução do Senado Federal nº 49/95, de 09/10/95, publicada no DOU de 10/10/95;
- 4) artigo 17, VIII, da Medida Provisória nº 1.175, de 27/10/95, publicada no DOU de 30/10/95, e reedições posteriores;
- 5) artigos 2º, 3º, 8º e 15, da Medida Provisória nº 1.212, de 28/11/95, publicada no DOU de 29/11/95, e reedições posteriores;
- 6) Ato Declaratório SRF nº 39, de 28/11/95, publicado no DOU de 29/11/95.

A autuada impugnou o lançamento (fls. 18/19), onde, em síntese, alegou o seguinte:

- a) que, em decisão prolatada no RE nº 148.754-0, o STF, em seção plenária, declarou a constitucionalidade da exação em comento; e
- b) que a Resolução nº 49/95, do Senado Federal, retirou do ordenamento jurídico brasileiro os dispositivos legais declarados constitucional pelo STF, o que confirma não haver amparo para a cobrança da exação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 11065.001079/96-46

Acórdão : 201-72.212

A autoridade recorrida julgou o lançamento procedente, por considerar que foi efetuado com base na Lei Complementar nº 07/70, e não nos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, o que torna inconsistente o argumento de que tal exação seria inconstitucional. Por isso, descabido o requerimento de que fosse observada a Resolução nº 49/95, do Senado Federal, que afastou do mundo jurídico os pré-falados decretos-leis.

Irresignada com a decisão singular, a autuada, tempestivamente, interpôs recurso voluntário, onde argumenta o seguinte:

a) que, por determinação constitucional, somente lei complementar pode instituir tributos, e que a Medida Provisória nº 1.175/95 e o Parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional nº 1.185/95, trazidos aos autos, não têm eficácia de lei, não podendo instituir tributo, por desatender o princípio da legalidade; e

b) que "o mínimo que deveria ser realizado pelo Poder Executivo, seria voltar a exigir a contribuição sob comento nos moldes da Lei Complementar 07/70, nunca através de Medida Provisória".

Ao final, pugna para que o recurso seja provido para, no mérito, serem mantidas as razões da impugnação, mormente naquilo que se refere à inexistência de amparo para cobrança de contribuição através de medida provisória, uma vez que há veículo legislativo adequado para tal.

Às fls. 39, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresenta Contra-Razões, onde afirma ser a decisão recorrida mantida pelos seus próprios fundamentos, por isso, é de ser negado provimento ao recurso interposto.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 11065.001079/96-46

Acórdão : 201-72.212

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA

O recurso é tempestivo e dele conheço.

Embora a recorrente asseverar estar o auto de infração ora guerreado apoiado em Medida Provisória, o que atentaria ao princípio da legalidade, depreende-se da Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal (fls. 03/04) que a autoridade autuante utilizou-se como principais bases legais o artigo 3º, b, da Lei Complementar nº 07/70, c/c o artigo 1º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 17/73,

A Lei Complementar nº 07/70 instituiu a Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e a Lei Complementar nº 17/73 veio modificá-la em alguns pontos. Posteriormente, os Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, ambos de 1988, trouxeram outras alterações à legislação vigente.

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 148.754-2/RJ, reconheceu a inconstitucionalidade dos guerreados decretos-leis, e o Senado Federal, através da Resolução nº 49, de 09/10/95, suspendeu a execução de tais dispositivos, afastando-os definitivamente do ordenamento jurídico pátrio.

A retirada dos pré-falados decretos-leis do mundo jurídico produziu efeitos *ex tunc* e funcionou como se nunca houvessem existido, retomando-se, assim, a aplicabilidade da sistemática anterior, isto é, passam a ser aplicadas as determinações da Lei Complementar nº 07/70 com as modificações deliberadas pela Lei Complementar nº 17/73. Consequência imediata determinada pelos mecanismos de segurança e aplicabilidade do nosso ordenamento jurídico.

Tal entendimento firma-se na manifestação do Supremo Tribunal Federal, exarada nos Embargos de Declaração em Recurso Extraordinário nº 181165-7, Sessão de 04/04/96, de que, uma vez declarados inconstitucionais os Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, e sendo o efeito de tal declaração *ex tunc*, deve a Lei Complementar nº 07/70 viger desde então, consoante se depreende da ementa a seguir transcrita:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 11065.001079/96-46

Acórdão : 201-72.212

"I - Legítima a cobrança do PIS na forma disciplinada pela Lei Complementar 07/70, vez que inconstitucionais os Decretos-lei 2.445/88 e 2.449/88, por violação ao princípio da hierarquia das leis.

2..... ."

No tocante à alegação de que a Medida Provisória nº 1.175/95 e o Parecer nº 1.185/95 tenham sido utilizados como instituidores da contribuição combatida, o que os tornariam inconstitucionais, tem-se que tais dispositivos apenas determinam e orientam o procedimento a ser observado pela Fazenda Pública, no tocante ao crédito tributário referente ao PIS, *ex-vi* da situação jurídica surgida a partir da retirada dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 do ordenamento jurídico brasileiro, como se depreende da disposição literal do artigo 17, VIII, da Medida Provisória combatida:

"Art. 17. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União, o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim, cancelamos o lançamento e a inscrição, relativamente:

.....
VIII - à parcela da contribuição ao Programa de Integração Social exigida na forma do Decreto-lei nº 2.445, de 29 de junho de 1988, e do Decreto-lei nº 2.449, de 21 de julho de 1988, na parte que exceda o valor devido com fulcro na Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e alterações posteriores."
 (grifamos)

Com efeito, tem-se que a exação está embasada na legislação de observância, tendo sido utilizados as determinações da Lei Complementar nº 07/70, e suas alterações posteriores, portanto, devida.

Entretanto, depreende-se do "Demonstrativo de Multas e Juros de Mora" (fls. 07) que a multa de ofício aplicada no lançamento, no percentual de 100%, baseada no artigo 4º, I, da Lei nº 8.218/91, e, por se tratar de penalidade, *in casu*, cabe a redução do percentual para 75%, como determinado no artigo 44, I, da Lei nº 9.430/96, conforme o mandamento do artigo 106, II, do Código Tributário Nacional.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 11065.001079/96-46

Acórdão : 201-72.212

Com essas considerações, voto pelo provimento parcial do recurso para que seja reduzida a multa de ofício ao percentual de 75%.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1998

Ana Neyle Olímpio Holanda
ANA NEYLE OLÍMPIO HOLANDA